



Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ

## **ATA DA 4ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS – CONARQ**

1 Aos quatorze dias do mês de dezembro de mil novecentos e noventa e cinco, às dez  
2 horas da manhã, na sala de reuniões do 3º andar do edifício-sede do Ministério da  
3 Justiça, em Brasília, reuniu-se o Plenário do CONARQ, estando presentes os seguintes  
4 Conselheiros: Jaime Antunes da Silva, Presidente; representantes do Poder Executivo  
5 Federal: Pedro Paulo Lemos Machado, do Ministério de Administração Federal e  
6 Reforma do Estado - MARE/DINFOR (titular) e Major Dielson Freitas, do Estado  
7 Maior das Forças Armadas - EMFA (suplente); representantes do Poder Judiciário  
8 Federal: Neuzi Coutinho dos Santos, do Supremo Tribunal Federal - STF (titular) e  
9 Nelson Ferreira da Silva, do Superior Tribunal de Justiça - STJ (suplente);  
10 representantes do Poder Legislativo Federal: Gracinda Assucena Vasconcelos (titular) e  
11 Teresa de Jesus Teixeira (suplente), da Câmara de Deputados; Maria Helena Ruy  
12 Ferreira, do Senado Federal (titular); representantes dos Arquivos Públicos Estaduais:  
13 Márcio Augusto Freitas da Meira, do Estado do Pará (titular) e Regina Rottemberg  
14 Gouvêa, do Estado do Paraná (suplente); representantes dos Arquivos Públicos  
15 Municipais: Waney Tadeu Motta, de Vitória- ES (titular) e Tânia Maria Zardo Tonet, de  
16 Caxias do Sul-RS (suplente); representantes do Arquivo Nacional: Ana Maria Varela  
17 Cascardo Campos (titular) e Maria Izabel de Oliveira (suplente); representante da  
18 Associação dos Arquivistas Brasileiros: Lia Temporal Malcher, Presidente da  
19 instituição (titular); representantes de instituições mantenedoras de curso superior de  
20 Arquivologia: Luiz Cléber Gak, da Universidade do Rio de Janeiro (titular) e Jorge  
21 Eduardo Enriquez Vivar, da Universidade Federal de Santa Maria (suplente);  
22 representantes de entidades não- governamentais da área de ensino, pesquisa,  
23 preservação ou acesso a fontes documentais: Célia Maria Leite Costa (titular) e Priscila  
24 Moraes Varela Fraiz (suplente), do Centro de Pesquisa e Documentação de História  
25 Contemporânea do Brasil, da Fundação Getulio Vargas; Mariza Delapieve Rossi, da  
26 Associação Brasileira de Direito de Informática - ABDI (titular). Justificaram suas

27 ausências os Conselheiros: Adelaide Ramos e Côrte (suplente), da Escola Nacional de  
28 Administração Pública; Eliana Rezende Furtado de Mendonça (titular), do Arquivo  
29 Público do Estado do Rio de Janeiro; Maria Aparecida Rodrigues Manzan (suplente) do  
30 Arquivo Público de Uberaba e Paulo Gilberto Fagundes Visentini (suplente), da  
31 Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Justificaram, igualmente, suas  
32 ausências, as Conselheiras titulares Josiane Cury Nasser Loureiro e Daíse Aparecida  
33 Oliveira, que foram representadas pelos seus respectivos suplentes. O Conselheiro  
34 Francisco Carlos Texeira da Silva da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência  
35 não justificou sua ausência. Foram convidados para secretariar os trabalhos da 4ª  
36 reunião do CONARQ: Marilena Leite Paes e Carlos Augusto Silva Ditadi, Assessores  
37 do Diretor-Geral do Arquivo Nacional na Coordenação do CONARQ/SINAR. A sessão  
38 foi aberta pelo Dr. Milton Seligman, Secretário Executivo do Ministério da Justiça,  
39 representante do Senhor Ministro de Estado da Justiça, Dr. Nelson Jobim, que  
40 parabenizou os Conselheiros pelo transcurso do primeiro aniversário de instalação do  
41 Conselho Nacional de Arquivos e pelos resultados significativos de sua atuação durante  
42 esse período. Falou, ainda, da importância que o Ministério da Justiça confere não só ao  
43 CONARQ, como ao Arquivo Nacional e à Arquivologia, em geral, por meio dos quais  
44 torna-se possível a construção de nossa história e de nossos destinos. Ressaltou,  
45 também, a significação de um bem estruturado sistema de arquivos para o poder  
46 público. Concluiu sua exposição, desejando ao Arquivo Nacional, por intermédio do  
47 CONARQ, sucesso na definição e delineamento de uma política nacional de arquivos a  
48 ser desenvolvida em parceria com a sociedade. Colocou-se, pessoalmente, e o  
49 Ministério da Justiça à disposição para colaborar nessa missão. Retirando-se o Dr.  
50 Milton Seligman para cumprir outros compromissos, o Presidente do CONARQ, Jaime  
51 Antunes da Silva, assumiu a presidência da sessão. Iniciando os trabalhos, submeteu à  
52 aprovação dos Conselheiros a ata da reunião anterior, tendo sido dispensada sua leitura,  
53 uma vez que a mesma fora previamente enviada para exame dos membros do  
54 CONARQ, e cujas sugestões foram aceitas e incluídas no texto apresentado pela  
55 Coordenação do Conselho. Nada mais havendo a acrescentar no texto, a ata foi  
56 aprovada por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente do CONARQ procedeu à leitura  
57 da agenda a ser desenvolvida nos dois dias de trabalho e informou que a escolha da  
58 capital federal para realização da 4ª reunião ordinária do CONARQ foi motivada pela  
59 comemoração do 1º aniversário de sua instalação e em razão de ter, em Brasília, um  
60 número significativo de Conselheiros. Em seguida, o Presidente fez um resumo do

61 relatório de atividades do Conselho, referente ao exercício de 1995, cujo texto foi  
62 distribuído previamente aos Conselheiros, enfatizando os trabalhos desenvolvidos pelas  
63 Câmaras Técnicas e Comissões Especiais. Dentre eles destacou o projeto de decreto  
64 sobre a microfilmagem de documentos, o qual está sendo encaminhado ao Governo  
65 Federal para sanção presidencial, bem como a Tabela de Temporalidade e Destinação  
66 de Documentos de Arquivo e o Código de Classificação de Documentos, ambos  
67 relativos às atividades-meio da Administração Pública, os quais serão objeto de exame  
68 nesta reunião. Quanto à Comissão Especial de Acesso à Informação de Arquivos, em  
69 fase de constituição, aproveitou a oportunidade para submeter à aprovação do Plenário a  
70 Portaria designando as personalidades que estão sendo convidadas para integrá-la. A  
71 Conselheira Regina Gouvêa sugeriu a inclusão de um representante da Associação dos  
72 Arquivistas Brasileiros - AAB e a Conselheira Gracinda Assucena de Vasconcellos  
73 sugeriu inclusão do nome do Senador Lúcio Alcântara como representante do Poder  
74 Legislativo. O Presidente informou que está sendo examinada, igualmente, a  
75 participação de um representante do Poder Judiciário. Tendo presente a complexidade  
76 da matéria e o número elevado de participantes, essa Comissão poderá se desdobrar em  
77 subcomissões específicas. O texto da Portaria, após exame de todas as sugestões  
78 apresentadas, foi aprovado por unanimidade, incluindo todas as alterações propostas.  
79 Quanto à Câmara Técnica de Capacitação de Recursos Humanos, o Presidente expôs as  
80 razões pelas quais a mesma não fora ainda constituída. Sendo o assunto da maior  
81 importância para o bom desempenho das atividades arquivísticas no país, considerando  
82 a situação precária do ensino em nossas universidades, o CONARQ vem estudando com  
83 muito cuidado a constituição dessa Câmara, de maneira que, por seu intermédio,  
84 possamos elevar o nível dos cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento, bem  
85 como incentivar a criação de novos cursos. Uma das metas do programa de trabalho do  
86 CONARQ, para 1996, contempla a capacitação profissional, promovendo cursos,  
87 seminários, workshops, em todo o território nacional, priorizando as regiões mais  
88 carentes, com a colaboração e a participação de todos os órgãos e entidades integrantes  
89 do SINAR. A propósito, informou aos Conselheiros sobre a realização da 1ª Reunião  
90 Brasileira de Ensino de Arquivologia - 1ª REBRARQ, realizada no Rio de Janeiro, nos  
91 dias 28 e 29 de novembro passado, onde proferiu palestra sobre "Formação Profissional  
92 e Políticas Públicas". Dentre as recomendações da 1ª REBRARQ, três se referem ao  
93 CONARQ: "Que seja formada, a partir desta reunião, a Câmara Técnica sobre  
94 Formação Profissional no âmbito do Conselho Nacional de Arquivos"; " Que as

95 atividades em curso no Conselho Nacional de Arquivos sejam objeto de divulgação  
96 sistemática entre a comunidade científica no campo da Arquivologia"; e "Que a  
97 representação no Conselho Nacional de Arquivos, das universidades que oferecem  
98 cursos de Arquivologia seja resultado de eleição entre a comunidade docente na área,  
99 mediante o debate de cunho acadêmico e democrático que legitima tal representação".  
100 Quanto à primeira recomendação, o Presidente registra apenas que a sugestão  
101 apresentada na 1ª REBRARQ já está atendida no programa do CONARQ, conforme  
102 acabara de informar. Quanto à segunda, divulgação sistemática das atividades do  
103 CONARQ, o Presidente esclareceu que, a despeito dos esforços que vêm sendo  
104 empreendidos, ainda não foi possível colocar em circulação o Boletim do CONARQ, o  
105 que deverá ocorrer em 1996, mas que, por outro lado, temos divulgado os trabalhos do  
106 Conselho, utilizando outros instrumentos de informação tais como: o CONARQ  
107 INFORMA, folders institucionais, correios eletrônicos (entre eles o do CPDOC da  
108 Fundação Getúlio Vargas), circulares, artigos e notas em boletins de outras instituições  
109 (Museu do Índio, Associação dos Arquivistas Brasileiros, Mundo da Imagem, do  
110 CENADEM etc.). Relativamente à terceira recomendação no que respeita ao método  
111 adotado para a escolha da representação das universidades, o Conselheiro Cléber Gak  
112 lembrou que a 1ª REBRARQ não foi promovida pelas universidades que mantêm cursos  
113 de Arquivologia, conforme se referira o Presidente em determinado momento, mas  
114 apenas pela Universidade Federal Fluminense com a Fundação Casa de Rui Barbosa.  
115 Em seguida, registrou que, em sua opinião, o critério de escolha da representação das  
116 entidades mantenedoras de cursos de Arquivologia, adotado pelo CONARQ foi justo. A  
117 Conselheira Priscila Fraiz concordou com a opinião do Conselheiro Cléber Gak,  
118 acrescentando que, além de justo, o critério adotado permitiu a imediata representação  
119 das universidades no Conselho, o que não ocorreria se a escolha dependesse de eleição  
120 entre a comunidade docente das universidades envolvidas, que funcionam em regiões  
121 distantes, com exceção da UNIRIO e da UFF. As outras duas universidades estão em  
122 Santa Maria (Rio Grande do Sul) e em Brasília. A Conselheira Regina Gouvêa propôs  
123 que, para o próximo mandato, fosse examinada a conveniência de se adotar o critério  
124 sugerido na 1ª REBRARQ. A proposta foi aprovada. Continuando sua explanação sobre  
125 o Relatório do CONARQ, o Presidente informou ainda sobre a situação atual dos  
126 trabalhos de terminologia arquivística que vêm sendo desenvolvidos pelo Arquivo  
127 Nacional, com base em diversas terminologias como a da Associação dos Arquivistas  
128 Brasileiros-AAB/SP, Universidade Federal da Bahia e a da Associação Portuguesa de

129 Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas - BAD e outras instituições. O grupo do  
130 Arquivo Nacional está trabalhando, no momento, na letra M. Tão logo o grupo de  
131 trabalho do Arquivo Nacional conclua a referida terminologia, a mesma será submetida  
132 ao Plenário do CONARQ. Se aprovada, poderá receber a chancela do Conselho para  
133 adoção pelos órgãos e instituições que o integram. Concluindo, o Presidente enfatizou a  
134 importância das reuniões conjuntas das Câmaras Técnicas de Classificação e de  
135 Avaliação de Documentos para o aprimoramento tanto do Código de Classificação  
136 quanto da Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo. Informou  
137 que, pelos excelentes resultados alcançados, vem incentivando tais reuniões entre  
138 Câmaras Técnicas e Comissões Especiais que estudam assuntos e temas afins. Dando  
139 prosseguimento aos itens previstos na agenda, o Presidente do Conselho pediu à  
140 Marilena Leite Paes, Secretária da reunião, para proceder à leitura do Programa de  
141 Assistência Técnica a ser prestada aos/pelos integrantes do Sistema Nacional de  
142 Arquivos -SINAR, sob a coordenação deste Conselho. Terminada a leitura, o Presidente  
143 colocou o Programa de Assistência Técnica em discussão. A Conselheira Maria Izabel  
144 Oliveira sugeriu inversão de termos no final da alínea a do item 2. 2 - Objetivos  
145 específicos: em lugar de "...com fins de eliminação ou recolhimento para guarda  
146 permanente...", o texto passa a ter a seguinte redação: "...com fins de recolhimento para  
147 guarda permanente ou eliminação...". Sugeriu ainda que seja acrescentada a conjunção e  
148 na frase "...supervisão ou assessoramento técnico para execução de atividades  
149 relacionadas à área...", constante do item 2.3 Área de Atuação, que passa a ter a seguinte  
150 redação: "...supervisão e/ou assessoramento... " Propõe também alteração na alínea h do  
151 item 4. Resultados Esperados: onde se lê "... pela qual o cidadão tem acesso à  
152 autoridade pública...", leia-se "... pela qual o cidadão tem acesso às ações da autoridade  
153 pública...". Colocadas em votação, todas as proposições da Conselheira Maria Izabel  
154 foram aprovadas. A seguir, os Conselheiros Célia Leite Costa, Priscila Fraiz, Mariza  
155 Rossi e Márcio Meira sugeriram a reformulação do item 3. Estratégias de Atuação, com  
156 o objetivo de torná-lo mais claro. O Presidente do CONARQ solicitou, então, que as  
157 Conselheiras Célia Costa, Priscila Fraiz e Mariza Rossi redigissem um substitutivo para  
158 o citado item. A propósito do Programa de Assistência Técnica, os Conselheiros Tânia  
159 Tonet e Márcio Meira indagaram do Presidente do CONARQ sobre os mecanismos a  
160 serem adotados pelo Conselho para interiorizar a ação do SINAR junto aos municípios.  
161 O Presidente passou, então, a informar sobre alguns eventos que vêm sendo  
162 programados, como o seminário de arquivos municipais a ser promovido, no segundo

163 semestre de 1996, pelo Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, em colaboração  
164 com o IBAM, o CONARQ, o Arquivo Nacional e o Arquivo do Estado do Rio de  
165 Janeiro. Informou, ainda, sobre os contatos do CONARQ com a Fundação Instituto  
166 Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, visando sua participação na atualização da  
167 pesquisa Inquéritos Culturais, realizada em 1988, em decorrência de acordo firmado por  
168 aquela Fundação com o Ministério da Cultura, e que vem sendo estudada pelas duas  
169 instituições. Outra importante iniciativa do CONARQ refere-se à organização do  
170 Cadastro Nacional de Arquivos, priorizando os municipais para se conhecer suas  
171 potencialidades, suas necessidades, suas características e especificidades. A partir desse  
172 Cadastro será possível a elaboração de um programa de trabalho, visando o tão desejado  
173 desenvolvimento dos arquivos municipais. A Direção do CONARQ pretende que esse  
174 trabalho seja realizado com a colaboração dos arquivos estaduais. Para tanto, distribuirá  
175 no próximo Fórum Nacional de Dirigentes de Arquivos Estaduais, a ser realizado em  
176 Curitiba, de 8 a 10 de maio de 1996, relação de endereços de Prefeituras Municipais,  
177 organizados estado por estado, extraídos da mala direta fornecida pelo IBAM (uma vez  
178 que não existem relações de endereços de arquivos municipais), acompanhadas do  
179 roteiro de um questionário, que pretende, em primeiro lugar, conhecer quais municípios  
180 já contam com arquivos públicos e levantar dados gerais sobre seu funcionamento, seu  
181 quadro de pessoal, serviços que presta à comunidade em geral e aos usuários em  
182 particular. O Conselheiro Márcio Meira propôs que o CONARQ promova workshops  
183 regionais para se discutir os problemas não só dos arquivos municipais como também  
184 dos arquivos estaduais. Face à escassez de recursos financeiros para a realização de tais  
185 eventos, sugeriu a criação de pólos regionais, a fim não só de facilitar a  
186 operacionalização dos programas a serem desenvolvidos como a obtenção de  
187 patrocínios. A Conselheira Lia Malcher sugeriu que o CONARQ desenvolva ações  
188 políticas junto às autoridades estaduais e municipais com o objetivo de sensibilizá-las  
189 sobre a importância dos arquivos, estimulando-as a enviarem e/ou organizarem arquivos  
190 públicos em suas esferas de atuação. Acrescenta que, neste momento, em que nos  
191 municípios já se vive a atmosfera de campanhas eleitorais, seria interessante promover  
192 tais ações junto aos candidatos a prefeito no sentido de que incluam em seus programas  
193 de campanha a constituição e organização dos arquivos municipais. Os Conselheiros  
194 apoiaram a idéia de serem promovidos workshops, seminários e cursos, visando a  
195 capacitação profissional de servidores públicos para desenvolverem com eficácia e  
196 eficiência os trabalhos arquivísticos. A propósito, a Conselheira Mariza Rossi

197 comunicou que, recentemente, pelo Decreto nº 1718, de 28 de novembro último, foi  
198 regulamentada a Lei nº 8977, de 6 de janeiro de 1995, que dispõe sobre o  
199 funcionamento da TV a cabo, tecnologia avançada que pode e deve ser utilizada pelo  
200 CONARQ não só na divulgação de suas atividades e dos órgãos integrantes do SINAR,  
201 como na difusão de conhecimentos arquivísticos a todos os recantos deste nosso imenso  
202 país. O Presidente do CONARQ solicitou à Conselheira Mariza a elaboração de nota  
203 sobre o assunto e informou que, ao retornar às suas atividades junto à Direção de  
204 Arquivo Nacional, fará, com seu quadro de especialistas, uma análise profunda dessa  
205 legislação a fim de utilizar todos os recursos tecnológicos que a TV a cabo oferece.  
206 Dado o avançado da hora, o Presidente do CONARQ suspendeu a sessão para almoço  
207 dos Conselheiros. Reaberta a sessão às 15 horas, o Presidente do CONARQ deu a  
208 palavra à Conselheira Ana Maria Varela Cascardo Campos, Presidente da Câmara  
209 Técnica de Avaliação de Documentos, para fazer a apresentação da "Tabela Básica de  
210 Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-meio  
211 da Administração Pública", elaborada por aquela Câmara. Concluída a excelente  
212 explanação da Conselheira Ana Maria, o Presidente do CONARQ colocou a matéria  
213 em discussão. A partir de então, os Conselheiros se manifestaram, ora solicitando  
214 esclarecimentos, ora sugerindo alterações no texto do documento, conforme será  
215 descrito a seguir. Solicitou-se a inclusão, no texto inicial que apresenta informações  
216 gerais sobre a tabela, de um item orientando os usuários sobre a possibilidade de ser  
217 utilizado o microfilme em substituição a certos documentos de valor transitório que  
218 devem ser guardados por longo prazo, o qual, uma vez cumprido, serão eliminados. O  
219 Presidente do CONARQ, seguido pelos demais Conselheiros aprovou a sugestão,  
220 acrescentando que a utilização da microfilmagem torna-se cada vez mais imperiosa e  
221 aconselhável por se tratar de uma tecnologia com amparo legal, cuja Lei nº 5433, de  
222 8.5.68, está sendo objeto de nova regulamentação proposta por este Conselho, por  
223 intermédio da Comissão Especial para Revisão da Legislação sobre Microfilmagem, já  
224 encaminhada ao Governo Federal para exame e sanção presidencial. Alguns  
225 Conselheiros indagaram sobre a viabilidade de ser incluída, como anexo à Tabela, a  
226 relação da legislação consultada que forneceu os subsídios necessários para o  
227 estabelecimento dos prazos de retenção e da destinação dos documentos constantes da  
228 Tabela. A Conselheira Ana Maria informou que tentaria recuperar essas informações,  
229 esclarecendo, entretanto, tratar-se de tarefa difícil, uma vez que o suporte legal para  
230 elaboração da Tabela fora fornecido por assessores jurídicos que não deixaram na

231 secretaria da Câmara a legislação utilizada. A Conselheira Mariza Rossi informou que a  
232 FEBRABAN havia feito um levantamento da legislação referente à área financeira. A  
233 Conselheira Regina Gouvêa comunicou que tentaria obter esse levantamento junto a  
234 profissionais paranaenses que julgava terem participado do trabalho. A Conselheira  
235 Gracinda manifestou sua preocupação relativamente à indicação dos documentos que  
236 podem ser eliminados, nos termos em que se encontra mencionado na página 14.  
237 Verificada a possibilidade de interpretação errônea do texto, julgou-se oportuno  
238 suprimir as citações contidas nas linhas 4 a 9 da referida página. Quanto à constituição  
239 das Comissões Permanentes de Avaliação, sugeriu-se que fosse incluída, na sua  
240 composição, a participação de um historiador ligado à área de pesquisa de que trata o  
241 acervo. O Conselheiro Pedro Paulo questionou os prazos e destinação dos Manuais  
242 Técnicos e Manuais do Usuário relativos à área de Informática, sugerindo que sua  
243 guarda permanente deve ser revista no futuro. Em sua opinião, os Manuais do Usuário  
244 são mais importantes que os Técnicos. Antes de ser encerrada a sessão, o Conselheiro  
245 Pedro Paulo se manifestou sobre a importância da Tabela de Temporalidade  
246 apresentada, que garantirá aos órgãos públicos a correta destinação e preservação de  
247 documentos relevantes, como, por exemplo, relatórios técnicos que representam custos  
248 financeiros elevados para a Administração e que, por falta de regulamentação específica  
249 não vêm recebendo tratamento adequado e se perdem ao longo do tempo. O Presidente  
250 do CONARQ afirma que, implantados sistemas de arquivo devidamente controlados por  
251 codificações próprias, evitar-se-á que documentos dessa natureza sejam tratados como  
252 documentos de propriedade particular de quem os produziu, deixando de ser  
253 encaminhados aos arquivos da instituição. A Conselheira Maria Helena pediu a palavra  
254 para, saindo fora da agenda da reunião, relatar a violência sofrida pelo Arquivo do  
255 Senado, transferido, em 24 horas, para um galpão, sem condições adequadas para o  
256 armazenamento do rico acervo do Senado. Solicitou a colaboração do CONARQ no  
257 sentido de ser designado um técnico para proceder a um diagnóstico da situação e  
258 apresentar sugestões, visando minimizar os problemas decorrentes dessa mudança.  
259 Concluindo, a Conselheira Ana Cascardo agradeceu a colaboração da SEPLAN pela  
260 impressão da Tabela no formato em que foi editada. Tendo em vista o adiantado da  
261 hora, a sessão foi encerrada, devendo ser retomada na manhã seguinte. Às 9 horas, o  
262 Presidente do CONARQ abriu a segunda sessão da 4ª reunião ordinária do CONARQ,  
263 indagando se algum Conselheiro ainda desejava apresentar sugestões sobre a Tabela de  
264 Temporalidade. Como não houvesse nenhuma manifestação, o Presidente colocou em



265 votação o texto da Tabela com as alterações apresentadas no decorrer das sessões de  
266 trabalho, o qual foi aprovado unanimemente pelos Conselheiros. Aproveitaram a  
267 oportunidade para cumprimentar os dedicados integrantes da Câmara Técnica de  
268 Avaliação de Documentos pelo excelente trabalho realizado. A Conselheira Ana Maria  
269 agradeceu as palavras elogiosas dirigidas aos membros da Câmara, informando que os  
270 trabalhos deverão continuar relativamente aos documentos produzidos em decorrência  
271 das atividades específicas dos órgãos do Poder Executivo. A Conselheira Ana Maria  
272 solicitou, ainda, a impressão e divulgação urgente da Tabela, para atender aos inúmeros  
273 pedidos que lhe são formulados. A propósito, o Presidente do Conselho pediu sugestões  
274 do Plenário para estabelecer uma estratégia de divulgação, uma vez que a publicação da  
275 Tabela no Diário Oficial da União não será suficiente para atingir o universo de usuários  
276 a que a mesma se destina. O Conselheiro Pedro Paulo sugeriu a inclusão da Tabela na  
277 rede Internet e alguns Conselheiros se prontificaram a examinar junto à Direção de seus  
278 órgãos de origem a possibilidade de editarem também a Tabela. A seguir, a Conselheira  
279 Célia Leite Costa pediu a palavra para colocar novamente em pauta a questão do "  
280 Código de Classificação de Documentos", instrumento que serviu de base para a Tabela  
281 que acabou de ser aprovada. Como é do conhecimento de todos, o Código de  
282 Classificação foi apresentado ao Plenário deste Conselho em sua 2ª reunião ordinária,  
283 tendo o mesmo sido amplamente discutido, porém não aprovado, uma vez que alguns  
284 Conselheiros, embora reconhecendo o mérito do trabalho, julgaram que sua aplicação  
285 encontraria dificuldades face a sua complexidade e falta de qualificação do pessoal  
286 responsável pelas atividades de protocolo e arquivo do Serviço Público. Solicitou-se,  
287 então, naquela oportunidade, que a Câmara Técnica de Classificação de Documentos  
288 preparasse um documento contendo apenas indicações dos assuntos gerais, de forma a  
289 que os órgãos pudessem reunir seus documentos sob esses assuntos sem descer a  
290 detalhamentos hierarquizados. Este documento foi apresentado na reunião seguinte sob  
291 o título "Orientações Gerais para Elaboração de Planos e/ou Códigos de Classificação  
292 de Documentos de Arquivo para as Atividades - Meio de Administração Pública". A  
293 Conselheira Maria Izabel, Presidente da Câmara Técnica de Classificação de  
294 Documentos, informa que apenas as Conselheiras Ana Maria Cascardo, Mariza Rossi e  
295 Gracinda Assucena apresentaram sugestões sobre o trabalho, as quais foram  
296 incorporadas no texto. Colocando em votação, o mesmo foi aprovado. Concluindo sua  
297 exposição, a Conselheira Célia Costa propôs que o Conselho, reavaliasse a sua posição  
298 anterior e que aprovasse também o Código de Classificação como "um modelo" a ser

299 adotado pelos órgãos que contam com pessoal preparado para sua aplicação. O  
300 Presidente do Conselho acrescentou que as "Orientações...", já aprovadas, permanecem  
301 válidas e não excluem a possibilidade de se aprovar o Código de Classificação como um  
302 "modelo". A propósito, a Conselheira Gracinda propôs a inclusão nesse documento, na  
303 parte relativa à Organização e Funcionamento, dos seguintes assuntos: Registro nos  
304 órgãos competentes; Audiências. Despachos. Reuniões, o que foi aprovado. Colocado  
305 em votação, aprovou-se o Código de Classificação na forma proposta, o que facilitará o  
306 cumprimento do disposto na Resolução nº 1/95 que "recomenda a adoção de planos e/ou  
307 códigos de classificação de documentos nos arquivos correntes, que considerem a  
308 natureza dos assuntos resultantes de suas atividades e funções". Em seguida, o  
309 Presidente do CONARQ colocou em discussão os termos das Resoluções a serem  
310 aprovadas e publicadas no Diário Oficial da União sobre o dois instrumentos: - Tabela  
311 de Temporalidade e Código de Classificação aprovados nesta reunião. A Resolução  
312 sobre a Tabela explicitará que a aprovação se refere aos prazos de guarda e à destinação  
313 dos documentos. Quanto à Resolução sobre o Código de Classificação, o texto deverá  
314 deixar claro que o mesmo foi aprovado como " um modelo". Isto posto, o Plenário  
315 autorizou o Presidente do CONARQ a elaborar as Resoluções com os destaques  
316 mencionados. Dando prosseguimento aos trabalhos, o Presidente do Conselho pediu à  
317 Secretaria Marilena Paes para proceder à leitura do substitutivo do item 3 do Programa  
318 de Assistência Técnica do CONARQ redigido pelas Conselheiras Mariza Rossi, Célia  
319 Costa e Priscila Fraiz em atendimento a sua solicitação. Concluída a leitura, a matéria  
320 foi colocada em discussão, seguida de votação e aprovação. Sugeriu-se que a  
321 formalização dessa aprovação seja efetivada por meio de Resolução em lugar de  
322 Portaria. A seguir, o Presidente fez um resumo das metas do CONARQ programadas  
323 para o exercício de 1996: interiorizar as ações do Conselho junto aos Municípios,  
324 promovendo ou estimulando a realização de cursos e outros eventos regionais, tais  
325 como seminários, workshops etc.; dar prosseguimento à organização do Cadastro  
326 Nacional de Arquivos, com ênfase para os arquivos municipais; intensificar suas  
327 relações com os arquivos estaduais, visando a realização de atividades de interesse  
328 comum, especialmente no que se refere à articulação com os municípios; estimular a  
329 publicação de manuais e de outras publicações técnicas; agilizar a instalação da Câmara  
330 Técnica de Capacitação de Recursos Humanos; editar o Boletim contendo informações  
331 sobre as atividades do CONARQ, das Câmaras Técnicas, das Comissões Especiais e o  
332 registro de suas Resoluções e Portarias; editar uma publicação contendo o Código de

333 Classificação e a Tabela de Temporalidade, acompanhados dos respectivos índice e  
334 glossário; publicar tantas edições de O CONARQ INFORMA quantas forem  
335 necessárias para divulgar ou informar sobre suas atividades. Continuando, submeteu ao  
336 Plenário o nome de Adelina Maria Alves Novaes e Cruz para integrar a Câmara Técnica  
337 de Documentos Eletrônicos, o que foi aprovado. Tendo concluído a agenda programada,  
338 deu a palavra aos Conselheiros que desejassem fazer comunicações, apresentar moções  
339 ou prestar informações. Falou em primeiro lugar o Conselheiro Márcio Meira que  
340 informou sobre sua participação na reunião de Secretários de Estado de Cultura,  
341 promovida pelo Ministério da Cultura e que contou com a participação de  
342 representantes do Governo Francês. Estranhou o Arquivo Nacional não ter sido  
343 convidado e o tema "arquivo" não constar do programa da reunião. Assim, o  
344 Conselheiro Márcio, na qualidade de Diretor do Arquivo Público do Pará decidiu fazer  
345 uma explanação, ressaltando a importância dos arquivos na formação cultural do país.  
346 Aproveitou o ensejo para informar aos presentes sobre o Protocolo firmado entre o  
347 Brasil e Portugal, visando o intercâmbio de documentos (em microfilme) de interesse  
348 comum. Destacou a presença na reunião de Secretários de Estado da Cultura do  
349 Embaixador Wladimir Murtinho, do Ministério da Cultura, que, após a menção do  
350 Protocolo, falou sobre o Programa de Microfilmagem que será desenvolvido em  
351 decorrência desse Protocolo. Em seguida, falou o Conselheiro Pedro Paulo que  
352 informou sobre os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pelo Ministério de  
353 Administração e Reforma do Estado- MARE, especialmente na área de gestão da  
354 informação. Comunicou, ainda, que no primeiro trimestre de 1996, mais precisamente  
355 em fevereiro, virá ao Brasil um consultor internacional do BID e que o mesmo,  
356 provavelmente, visitará o Arquivo Nacional, como parte do programa de visitas do  
357 MARE, que visa reunir saberes de profissionais especializados para realizar com  
358 eficiência a missão a que se propõem. O Conselheiro Pedro Paulo se compromete a  
359 manter o CONARQ informado sobre os trabalhos que irão ser desenvolvidos pelo  
360 MARE. A Conselheira Mariza Rossi sugeriu que se mantivessem contatos constantes e  
361 entrosados dos membros integrantes do CONARQ com a Câmara Técnica de  
362 Documentos Eletrônicos. A Conselheira Ana Maria Cascardo chamou a atenção dos  
363 Conselheiros para as empresas de consultoria e de prestação de serviços de arquivo,  
364 onde atuam pessoas sem formação especializada ou mesmo sem conhecimentos na área  
365 pública, que se candidatam e firmam contratos com órgãos e instituições públicas para  
366 executar serviços de gestão de documentos, com sérios riscos para a correta preservação

367 dos acervos arquivísticos. A Conselheira Lia Malcher apresentou votos de louvor à  
368 Presidência, à Secretaria do CONARQ, aos membros das Câmaras Técnicas e  
369 Comissões Especiais pelos trabalhos realizados durante 1995. O Presidente do  
370 CONARQ agradeceu os votos formulados, dizendo que, se 1995 foi um ano profícuo e  
371 repleto de resultados positivos, deve-se à colaboração e incentivo de todos os  
372 Conselheiros a quem reconhecidamente agradece, esperando poder continuar contando  
373 com apoio de todos. A próxima reunião foi marcada, em princípio, para os dias 11 e 12  
374 de abril de 1996. Nada mais havendo a tratar, desejou aos presentes votos de Feliz Natal  
375 e Próspero Ano Novo, extensivos às famílias, e encerrou a reunião. Esta vai por mim  
376 assinada e pelo Presidente do CONARQ. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1995.